

A vida de José, 27 anos, deputado federal, e de Roseana, 31, socióloga, mudou muito nos últimos meses. Passaram a correr muito, andam com a agenda carregada, mas se mostram felizes e sem cansaço. Afinal, são filhos do presidente José Sarney, e as novas atribuições e atribuições parecem valer a pena.

Mas nem tudo é realização para ambos, que se preparavam para viabilizar dois grandes sonhos e acabaram impedidos por um dispositivo constitucional inconstitucional, não obstante a onda reformista atual: ele ambicionava o governo do Maranhão, e ela queria ser constituinte, em 88. Só que estão ineligíveis pela filiação presidencial. Este não é o problema de Fernando, 29 anos, engenheiro, filho do meio de José Sarney e de dona Marly, que jamais quis saber de política e é um dos diretores da Centrais Elétricas do Maranhão.

#### HERDEIRO POLÍTICO

José Sarney Filho, que até 74 se chamava José Sarney Macleira de Araújo Costa, trocou de nome no cartório, seguindo o exemplo paterno. Nasceu em São Luís e tem uma incrível semelhança com o presidente. Até o bigode tem o mesmo desenho, porque, afinal de contas, "é o charme da família", ele mesmo explica.

Entretanto, Zequinha, ou Sarneyzinho, como é chamado, garante que não sofreu muita influência doméstica, pois saiu de casa aos 14 anos. Entrou na política por opção pessoal, defendeu, como deputado estadual, idéias então divergentes do pai, e se define como um social-democrata, sentido-se confortável dentro da esquerda democrática, sem contudo ter pregado por um só minuto a ditadura do proletariado.

Casado com Lucialice, 25 anos, estudante de Antropologia, tem um filho que se chama nada menos que José Sarney Neto. Ultimamente, vêm lamentando os dez quilos que ganhou em Brasília, o fato de ter abandonado a prancha para exercícios abdominais e confessa saudades das "peladas" no campo do "Narigão", em São Luís. Trabalha o dia inteiro.

Morou em São Luís, no Rio, em São Paulo, na cidade sulca de Versoix e, desde 83, fixou-se em Brasília. Com tantas mudanças, começou a estudar Direito na PUC de São Paulo, em 74, mas só conseguiu concluir o curso em 81, no Maranhão. Como universitário, participou politicamente, tanto em São Paulo como em Brasília.

Em 77, de olho no pleito do ano seguinte, voltou ao seu Estado. Trancou a matrícula na universidade e iniciou a campanha. Preferiu disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa, embora alguns aconselhassem a Câmara dos Deputados. Para não atrapalhar outros candidatos da então Arena, fixou-se no eleitorado de São Luís. O pai disputava uma cadeira no Senado e não chegou a subir em palanque nenhum para pedir votos para ele. Elegeuse. Tinha 21 anos e foi o segundo mais votado no Estado.

Nos primeiros quatro anos de vida política, José Sarney Filho falou em anistia e eleições diretas em plenário. Defendeu o meio ambiente e tentou, através de projeto, que os campos baixos maranhenses, ocupados por interesses econômicos poderosos, retornassem à velha tradição do uso comum pelo povo. Quis criar um distrito industrial fora da ilha de São Luís, para impedir a instalação da Alcoa e seus agentes poluidores, e chegou a solicitar a dois ministros da Justiça, Armando Falcão e Petrônio Portella, a exclusão de estudantes e trabalhadores de um processo na Lei de Segurança Nacional, por terem participado de um quebra-quebra. Também defendeu a legalização dos partidos clandestinos.

"Essas coisas não repercutiam. Ficavam lá em São Luís mesmo. Por isso, em 82, já tinha autonomia absoluta e disputei uma cadeira na Câmara. Meu pai nunca me estimulou. E do gênio dele, uma questão de estilo. Mas foi bom para mim. Ele nunca me pediu um discurso ou um projeto, nem contra nem a favor de nada. Não me criticava nem me elogiava" — sublinha José Sarney Filho.

Tais circunstâncias levaram o deputado federal a votar a favor da emenda Dante de Oliveira, no ano passado. Diz ele que já tinha opinião formada sobre o assunto e que Sarney, então presidente do PDS, não se valeu das prerrogativas paternas para o pressionar. "Como os outros deputados do partido do governo, recebi dele um telegrama pedindo meu voto contrário. Recebi mais pressões do Maluf e do governo do que do Sarney" — conta.

Hoje, trabalhando pela nacionalização das empresas cinematográficas, José Sarney Filho define-se como um defensor das estatais, sob o argumento de que "o capitalismo periférico não pode prescindir de instrumentos de independência". Mas entende que, antes de qualquer coisa, precisam ser moralizadas.

Ele vê o País com desigualdades revoltantes, com uma concentração excessiva de riqueza e com um inconformismo cada vez maior, especialmente da juventude: "O grande problema é tentar diminuir as desigualdades, mas sem perda de liberdade individual". E como medidas imediatas preconiza uma reforma agrária, uma reforma tributária e a criação de uma Justiça Agrária.

Como filho do presidente, tem uma meta definida: quer ser o crítico de orelha do pai, interferir quando julgar que alguma medida eventualmente venha a agravar a vida dos desfavorecidos. Rindo, ele comenta: "O outro lado não precisa de mim. Já tem advogados demais".

Embora frise que não tem influência nenhuma no governo, o deputado garante que é ouvido pelo presidente: "Eu já lhe disse que o governo pode optar pelo conservadorismo e pela defesa dos interesses estabelecidos ou se virar para o social. Ele concordou comigo e já disse isso em discurso. É bom ficar de lado, pois o próprio poder afasta muito. Pertencendo a outro Poder, o Legislativo, me sinto mais à vontade".

José Sarney Filho não está gostando muito de ter virado "o filho do presidente", como se não tivesse identidade própria: "Quem não tem acesso a ele fica me procurando. Mas estou deliberadamente contra essa função de ser ponte. Tenho o meu limite. Além disso atuo dentro do interesse público e não do privado. Não tenho interesses econômicos para defender. É até um favor divulgar isso".

Sobre a Nova República, entende que encarna o espírito de mudança formado ao longo dos anos autoritários, cuja síntese é a passagem, sem violência, de uma sociedade cruel para outra mais humana. E tem confiança no País: "Sei, porque o conheço, que ele fará o que puder pela mudança. Eu acredito no presidente".

No mais, com a vida muito mudada, constrange-se, porque passou a ser visto, ouvido e procurado pela condição de filho do presidente. Pouco vai ao cinema, já não sabe se continuará brincando carnaval nas ruas de São Luís, no bloco de sujos chamado "Constituinte", e se voltará a frequentar os ensaios da "Flor do Samba", escola maranhense de 1.500 figurantes, pela qual sempre torceu, mas nunca desfilou. Começou a evitar os bares de São Luís, onde tomava umas cervejas, perdeu o gosto pela noite do Rio, onde prefere as casas da Gávea, e resiste a andar escoltado por agentes de segurança: "Na minha casa não mudou nada. Motorista nunca tive

mesmo e, sempre que posso, deixo meu filho no colégio".

Ao afirmar que seu lugar é na política, porque não sabe fazer outra coisa, conclui: "Foi por minha causa, e não nego, que alteraram a Constituição do Maranhão, para que, com 29 anos, pudesse ser governador. Eu queria, todo político quer o cargo executivo maior do seu Estado. Mas agora é proibido constitucionalmente. Sou filho do presidente".

#### "PLANALTINHO"

Desde que foram esboçados os primeiros desenhos da Aliança Democrática, em julho passado, Roseana Murad começou a fazer contatos políticos permanentes. Hoje, trabalhando provisoriamente no gabinete da vice-presidência da Câmara — fatalmente nos próximos meses ficará mais próxima do pai —, está assumindo tantas funções que o local passou a ser chamado de "Planaltinho".

Nos últimos dias, por exemplo, diante de uma complicada disputa pelos quase 70 cargos de que o governo federal dispõe no Maranhão, Roseana passou a exercer a função de mediadora, acertando as coisas com os políticos da Aliança Democrática por delegação do presidente da República. Faz reuniões diárias, tem acesso direto à Nova República e uma de suas dificuldades é não poder atender a dois telefonemas ao mesmo tempo.

Desde 1970, Roseana está envolvida com a política. Trabalhou nas campanhas do pai e, dentre outros cargos, foi secretária para Assuntos Extraordinários do Estado do Maranhão em Brasília, no ano de 83: "O que eu gosto de fazer é política. Deixo um feriado por uma reunião".

Quando se casou com Jorge Murad, que hoje trabalha diretamente com José Sarney, houve um pequeno descompasso. Ela já vivia no mundo político e ele, não. Mas foi absorvido e, hoje, segundo Roseana, transformou-se num entusiasmado. Seu maior problema é falta de tempo para Rafaela, sua filha de cinco anos. Por causa dela, começa o expediente um pouco mais tarde, entre 10 e 10h30, e quando um encontro é inevitável prefere realizá-lo em casa, para ficar perto da menina.

Sem vida social intensa, sai pouco com o marido. Tem espaço garantido para poucos e velhos amigos e, por apego à família, costuma ficar em casa nos fins de semana. As vezes descansa com o pai e a mãe no sítio próximo a Brasília, mas, se a filha decidir, muda a programação para a atender. Além disso, Roseana não abre mão de seus próprios espaços na vida conjugal: "Eu e Jorge estamos sempre juntos, mas guardo meu campo profissional. Se precisar comparecer a um almoço, vou, desde que por razões profissionais".

Favorável ao aborto e à sua legalização, não é muito chegada ao feminismo. Entende apenas que "a mulher está vingando" e que alargou suas fronteiras. Revela que a mãe, dona Marly, é "muito política", mas a nível doméstico: "Eu não. Eu fui para a rua".

Consciente de que é muito difícil resolver os problemas brasileiros e que talvez no atual governo seja criada uma estrutura para "dar a partida", pois não acredita que tudo possa ser feito, aponta os que lhe parecem os principais: a questão fundiária, a educação e o paternalismo com que a pobreza é tratada, no lugar de maior seriedade: "No Nordeste, isso é triste".

No mais, a pequena frustração: "Estava pensando em me candidatar a deputada federal. Queria vir para a Constituinte. Essa é uma eleição importante, gostaria de opinar um pouco, por ser mulher e do Nordeste. Mas cai na ineligibilidade" — conclui, com um ar de decepção.

Leda Flora

## Torto, centro de estudo e debate

O presidente José Sarney já decidiu o que fazer da Granja do Torto, residência do general João Figueiredo desde o final de 1969 até 15 de março passado: vai usá-la para pequenos seminários sobre assuntos especializados. O primeiro encontro deveria ter-se realizado neste fim de semana e versaria sobre matéria econômico-financeira. Não ocorreu porque o presidente chegou muito cansado de Recife, onde cumpriu programação intensa. O presidente, seus familiares e alguns assessores próximos irão reunir-se brevemente com especialistas em economia e finanças para a identificação de soluções para a crise do País. Sarney queixa-se de que geralmente só lhe chegam problemas e dificuldades, sem que lhe levem a terapêutica e a solução adequadas. Vai tentar encontrá-los pessoalmente, assenhoreando-se da matéria e rodeando-se de assessores especializados.

A Granja do Torto foi residência do general João Figueiredo desde quando ele entrou na chefia do Gabinete Militar, na chefia do SNI e na Presidência da República. No governo Geisel, a granja tornou-se motivo de desentendimento de Figueiredo com seu sucessor no Gabinete Militar, general Hugo Abreu, que queria ocupá-la, na convicção de que era residência oficial da Casa Militar. Nestes 16 anos, foi adequada aos gostos de seu ocupante. Ali foram construídas vastas baías e pisátes de equitação para desfrute dos inúmeros cavalos por ele ganhos de amigos e de chefes de Estado estrangeiros, bem como uma churrasqueira, onde recebia colegas de farda ou amigos, como George Gazale, Alcides Franciscato e José Camargo. Ago-

ra, a granja terá outra destinação: será local de reflexão e estudo.

#### CINEMA

Logo após passar a residir no Palácio da Alvorada, o que somente ocorrerá quando sua mulher, dona Marly, se restabelecer de queda de cavalo em que quebrou duas costelas, o presidente José Sarney vai restabelecer a sessão de cinema. Pretende convidar, a cada semana, para assistir a filmes, em sua companhia, políticos, artistas, dirigentes sindicais, a fim de ouvi-los sobre como o governo está sendo visto e julgado pela opinião pública.

Uma das preocupações de Sarney é não se isolar das pessoas com que convivia quando senador. Não quer perder contato com a realidade do País. Daí o restabelecimento do cinema coletivo, que vingou até o governo Médici.